



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006661-41.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **AENDER JESUS DE ALMEIDA**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantém duas linhas telefônicas junto à ré, tendo ela em setembro de 2013 oferecido um novo plano que contemplava a entrega gratuita de nove *tablets*, o que aceitou.

Alegou ainda que posteriormente firmou outro plano com a ré, mas ela passou a cobrar-lhe quantias relativas àqueles *tablets*, o que era indevido diante do ajuste de que nada lhe seria cobrado a esse título e também porque os objetos sequer foram entregues.

Tentou por inúmeras vezes resolver a pendência, sem sucesso, além de ser forçado a realizar os pagamentos porque do contrário sua linha seria cortada (isso chegou a acontecer, inclusive).

Almeja à declaração de inexistência de relação jurídica com a ré em razão desses fatos, à restituição em dobro do valor que pagou e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que sofreu.

Já a ré em genérica resposta se limitou a assinalar a inexistência de falha na prestação de serviços a seu cargo, derivando as cobranças que efetuou dos contratos celebrados com o autor e sendo os valores na verdade devidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se percebe, a ré não contestou especificamente os fatos articulados pelo autor.

Nesse sentido, deixou de refutar que ofereceu a ele gratuitamente nove *tablets* e que ainda assim passou a cobrá-lo por isso.

Sequer se pronunciou a propósito desses assuntos, bem como não amealhou um indício sequer de que tivesse entregue os produtos, o que seria imprescindível para ao menos levar à ideia de legitimidade das cobranças questionadas.

Em consequência, não logrando a ré demonstrar como lhe incumbia a existência de lastro a essas cobranças, a restituição do valor pertinente é de rigor, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa de sua parte.

A devolução, ademais, deverá ser feita em dobro, na esteira do que dispõe o art. 42, parágrafo único, do CDC.

Sabe-se que a incidência desse preceito tem por pressuposto má-fé na cobrança levada a cabo, o que reputo presente na espécie vertente diante da insistência da ré sem embargo dos inúmeros avisos do autor quanto ao caráter gratuito da entrega dos *tablets* e especialmente quanto à circunstância de não tê-los recebido.

Basta a leitura da petição inicial para concluir que isso lhe foi transmitido inúmeras vezes, mas não obstante a ré permaneceu fazendo as cobranças e chegando até a interromper o serviço como forma de obrigar o autor a quitar os pagamentos.

Por fim, reputo que a situação traçada rende ensejo a danos morais passíveis de reparação ao autor.

Na esteira do que já foi expendido, ele por diversas vezes buscou a solução para problema causado exclusivamente pela ré, sempre sem sucesso.

Teve, como se não bastasse, de despender somas razoáveis para que o serviço de que usufruía não fosse interrompido, como se deu pelo menos uma vez.

Diante desse cenário, é evidente que o autor foi exposto a incômodo de vulto, que superou os meros dissabores inerentes à vida cotidiana, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

Faz jus, portanto, à indenização postulada, mas o valor dela não pode ser o proclamado, por excessivo.

Assim, à minguia de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: a) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes concernente a nove *tablets* que não foram entregues ao autor; b) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 11.092,20 (somatória de R\$ 9.507,60 – fl. 14 – e R\$ 1.584,60 – fl. 227), acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação; c) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 190/191.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**